

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.076 - SP (2019/0301075-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDA FERNANDES GOMES ROZO - SP278336
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : K A T S (INTERNADO)
OUTRO NOME : K A T S
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de K A T S, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2221395-69.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Nesta via, o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal a ensejar a superação da Súmula 691/STF.

Sustenta que o paciente é primário e a internação provisória carece de fundamentação idônea, pois foi motivada na gravidade abstrata do ato infracional, inexistindo qualquer das hipóteses do art. 122 do ECA, aduzindo, ainda, que houve violação ao art. 108, parágrafo único do mesmo estatuto e ao enunciado da Súmula 492/STJ.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja determinada a imediata liberação do paciente.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "*na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem*" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que "*a quantidade e variedade dos entorpecentes apreendidos 10 (dez) porções de cocaína, 17 (dezessete) porções de crack e 14 (quatorze) porções de maconha e as circunstâncias em que foi apreendido (foi abordado por policiais militares em lugar conhecido como ponto de comércio de drogas, na companhia de um imputável vendendo os entorpecentes apreendidos fls. 11/13), indicam a gravidade da infração e a necessidade da firme atuação estatal, a fim de afastar o paciente do meio delituoso, revelando ausência de respaldo familiar adequado para evitar novas práticas infracionais pelo mesmo*" (e-STJ fl. 83).

Acrescentou que "*a Câmara Especial tem admitido em reiterados precedentes a possibilidade de ser determinada a internação de adolescente primário*

Superior Tribunal de Justiça

que pratica ato infracional equiparado ao tráfico de drogas observadas suas características individuais e as circunstâncias específicas que envolveram o ato infracional em análise" (e-STJ fl. 83).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

